



Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.

CNPJ: 21.552.886/0001-56

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente



Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

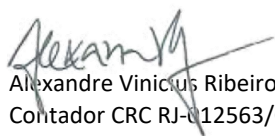
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-012563/O-1



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.518	12.700
Contas a receber de clientes	5	4.311	21.718
Cauções e depósitos	6	25.489	14.033
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	139
Outros tributos compensáveis		556	593
Adiantamentos a fornecedores		451	214
Créditos com partes relacionadas	9	2.216	1.931
Outros créditos		243	1.120
Total do ativo circulante		<u>63.784</u>	<u>52.448</u>
Não circulante			
Contas a receber de clientes		1.664	1.664
Depósitos vinculados a litígios		63	61
Imobilizado	7	580.926	602.102
Intangível	8	15.490	16.086
Total do ativo não circulante		<u>598.143</u>	<u>619.913</u>
Total do ativo		<u>661.927</u>	<u>672.361</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	3.145	1.993
Empréstimos e financiamentos	11	18.815	18.789
Folha de pagamento		256	262
Imposto de renda e contribuição social a pagar		268	957
Outras obrigações fiscais		67	482
Débitos com partes relacionadas	9	55.872	53.370
Obrigações por arrendamentos	13	165	134
Dividendos a pagar		2.599	2.599
Ressarcimento mercado regulado	12	23.098	17.549
Outras obrigações		235	323
Total do passivo circulante		104.520	96.458
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	219.916	237.991
Obrigações por arrendamentos	13	6.661	5.592
Provisão Desmantelamento	14	1.116	2.835
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	15	232	2
Ressarcimento mercado regulado		4.294	300
Total do passivo não circulante		232.219	246.720
Patrimônio líquido			
Capital social	16	284.062	284.062
Reservas de lucros		41.126	45.121
Total do patrimônio líquido		325.188	329.183
Total dos passivos e patrimônio líquido		661.927	672.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	17	56.012	55.542
Custo do serviço	18	<u>(33.466)</u>	<u>(33.212)</u>
Lucro bruto		<u>22.546</u>	<u>22.330</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	<u>(8.817)</u>	<u>(6.323)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(8.817)</u>	<u>(6.323)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		13.729	16.007
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		5.633	4.051
Despesas financeiras		<u>(20.474)</u>	<u>(24.587)</u>
		<u>(14.841)</u>	<u>(20.536)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda		(1.112)	(4.529)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	(2.883)	(2.910)
Prejuízo do exercício		<u>(3.995)</u>	<u>(7.439)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(3.995)	(7.439)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(3.995)</u>	<u>(7.439)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>284.062</u>	<u>3.447</u>	<u>49.113</u>	-	<u>336.622</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.439)	(7.439)
Absorção do prejuízo	-	-	(7.439)	7.439	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>284.062</u>	<u>3.447</u>	<u>41.674</u>	-	<u>329.183</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.995)	(3.995)
Absorção do prejuízo	-	-	(3.995)	3.995	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>284.062</u>	<u>3.447</u>	<u>37.679</u>	-	<u>325.188</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.995)	(7.439)
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Provisão para processos judiciais e outros	230	(1)
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	745	613
Depreciação e amortização	22.725	22.474
Apropriação dos custos da transação	131	131
Valor residual de intangível e imobilizado	1.137	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	16.292	17.750
Atualização financeira desmantelamento	205	188
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.883	2.910
	40.353	36.626
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	17.407	4.432
Tributos a compensar	176	302
Adiantamento a funcionários e fornecedores	-	(1)
Cauções e depósitos vinculados	(11.458)	2.086
Depósitos judiciais	-	(1)
Outros créditos	640	(2.680)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.152	(1.064)
Folha de pagamento	(6)	31
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	(728)	271
Débitos com partes relacionadas	2.502	7.719
Ressarcimento mercado regulatório	9.543	9.179
Outras obrigações	(88)	1
	59.493	56.901
Pagamentos de juros de empréstimos e debêntures	(16.266)	(17.863)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.259)	(3.326)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	39.968	35.712
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.848)	(9.882)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.848)	(9.882)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Créditos com partes relacionadas	(285)	(523)
Pagamentos de obrigações por arrendamento	(811)	(621)
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(18.206)	(18.206)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(19.302)	(19.350)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	17.818	6.480
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.700	6.220
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.518	12.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Delfina A Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 11 de dezembro de 2014, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 84 MW no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, com contrato vigente até 8 de maio de 2050, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 25 de abril de 2022.

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(“CPC”).

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando o indicada a base diferente de mensuração.

2.1.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos financeiros e seus ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), conforme apropriado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº7.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

3.5. Ativo Intangível

O Ativo intangível é composto pela aquisição do projeto eólico. Esse ativo foi reconhecido pelo custo. O ativo intangível será amortizado durante sua vida útil econômica estimada, limitada ao período de autorização.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.9. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.10. Operações de arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

- a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 06 (R2), foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

- b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual e aplicações de escopo quanto ao CPC 25 e ICPC 19.	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1° de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1° de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1° de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	1.993	3
Aplicações financeiras (a)	28.525	12.697
Total de caixa e equivalentes de caixa	30.518	12.700

- (a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Contas a receber de clientes

	A vencer	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo - CCEE (a)	-	382	382	15.291
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	3.066	-	3.066	5.564
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	-	2.670	2.670	2.670
	3.066	3.052	6.118	23.525
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(143)	(143)	(143)
	3.066	2.909	5.975	23.382
		Circulante	4.311	21.718
		Não circulante	1.664	1.664

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- (a) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, no montante de R\$ 382, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológicos (*GSF – Generation Scaling Factor*). Em setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020 para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico para as usinas que comercializam energia no Ambiente de contratação livre - ACL. Dada a publicação da referida lei, que destrava as liquidações do MCP, a Administração acredita que em 2022 a inadimplência seja totalmente recebida de acordo com o cronograma estipulado pela CCEE. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise destas contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia em função desse assunto durante o exercício de 2021. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa existente em 31 de dezembro de 2021 corresponde ao saldo com alguns agentes desligados do MRE no exercício de 2019. Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Cauções e depósitos em garantia

Instituição	Tipo de caução/depósito	31/12/2021	31/12/2020
		Circulante	Circulante
BNDES	Conta Centralizadora	6.466	3.942
BNDES	Conta Reserva de O&M	1.726	1.622
BNDES	Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES	17.297	8.469
Total		25.489	14.033

O saldo de R\$ 25.489 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.033 em 2020) é composto por valores em garantia conforme definido no contrato de financiamento com o BNDES, seguindo os conceitos destacados abaixo:

- Conta centralizadora: conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento;
- Conta reserva de O&M: conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;
- Conta Reserva do serviço da dívida - BNDES: conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do BNDES, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do BNDES, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

Com a apuração do ICSD abaixo de 1,20 no ano de 2020, o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES foi aumentado de 3x para 6x o valor do serviço da dívida em 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

2021

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020	31/12/2021					31/12/2021
		Valor líquido	Desmanetelamento	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Valor líquido
Edificações	30	97.572	(1.924)	76	-	-	5.618	101.342
Máquinas e equipamentos	30	500.424	-	-	-	(1.310)	1.013	500.127
Linhas de transmissão	30	54.753	-	-	-	-	-	54.753
Veículos	7	137	-	-	-	-	-	137
Móveis e utensílios	16	14	-	-	-	-	-	14
		<u>652.900</u>	<u>(1.924)</u>	<u>76</u>	<u>-</u>	<u>(1.310)</u>	<u>6.631</u>	<u>656.373</u>
Depreciação acumulada em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(8.605)	-	-	(3.355)	-	-	(11.960)
Máquinas e equipamentos		(50.442)	-	-	(16.710)	173	-	(66.979)
Veículos		-	-	-	(28)	-	-	(28)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	(1)	-	-	(2)
Linhas de transmissão		(5.423)	-	-	(1.824)	-	-	(7.247)
Arrendamento - CPC 06		(306)	-	-	(211)	-	-	(517)
		<u>(64.777)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.129)</u>	<u>173</u>	<u>-</u>	<u>(86.733)</u>
Em curso								
Máquinas e equipamentos		8.283	-	2.769	-	-	(6.631)	4.421
		<u>8.283</u>	<u>-</u>	<u>2.769</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.631)</u>	<u>4.421</u>
Arrendamento - CPC 06								
Outros	29	5.696	-	1.169	-	-	-	6.865
		<u>5.696</u>	<u>-</u>	<u>1.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.865</u>
Total do imobilizado		<u>602.102</u>	<u>(1.924)</u>	<u>4.014</u>	<u>(22.129)</u>	<u>(1.137)</u>	<u>-</u>	<u>580.926</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2020

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020				31/12/2020
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	Depreciação	Transferência	Valor líquido
Edificações	30	95.831	(609)	-	-	2.350	97.572
Máquinas e equipamentos	30	500.019	-	-	-	405	500.424
Linhas de transmissão	20	54.753	-	-	-	-	54.753
Veículos	7	137	-	-	-	-	137
Móveis e utensílios	16	14	-	-	-	-	14
		650.754	(609)	-	-	2.755	652.900
Depreciação acumulada em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(5.357)	-	-	(3.248)	-	(8.605)
Máquinas e equipamentos		(33.801)	-	-	(16.641)	-	(50.442)
Móveis e utensílios		-	-	-	(1)	-	(1)
Linhas de transmissão		(3.604)	-	-	(1.819)	-	(5.423)
Arrendamento - CPC 06		(137)	-	-	(169)	-	(306)
		(42.899)	-	-	(21.878)	-	(64.777)
Em curso							
Máquinas e equipamentos		1.156	-	9.882	-	(2.755)	8.283
		1.156	-	9.882	-	(2.755)	8.283
Arrendamento - CPC 06							
Outros	30	4.546	-	1.150	-	-	5.696
		4.546	-	1.150	-	-	5.696
Total do imobilizado		613.557	(609)	11.032	(21.878)	-	602.102

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

O ativo intangível é composto pela aquisição do projeto edílico. Esse ativo foi reconhecido pelo custo, e serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização.

A movimentação do ativo intangível nos exercícios em 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.873	(1.191)	16.682
Amortização	-	(596)	(596)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.873	(1.787)	16.086
Amortização	-	(596)	(596)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.873	(2.383)	15.490

9. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 16, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. ("EGP Brasil" ou "antiga controladora") pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura. Em 2021 não houve pagamentos referentes a este contrato.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza da operação	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020			Referência
		Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)	
	Enel Brasil S.A.	89	41.084	(123)	-	-	-	
	Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	5	(2.590)	89	38.153	(3.147)	
	Enel Green Power Desenvolvimento Ltda	-	-	-	-	376	-	
	Enel Power Ltda.	-	80	-	94	-	-	
	Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	94	1.307	-	-	1.307	-	
	Isamu Ikeda Energia S.A.	-	4	-	-	4	-	
	Enel Green Power Salto Apiacas S.A.	1	177	-	1	176	-	
	Enel Green Power Manicoba S.A.	196	-	-	196	-	-	
	Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	-	1	-	-	7	-	
Repasso das despesas / transferência de custos	Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	-	11	-	-	11	-	(iii)
	Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	13	-	-	13	-	-	
	Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	259	-	-	259	-	-	
	Enel Green Power Santa Esperança 8 S.A.	-	-	-	137	-	-	
	Enel Green Power São Gonçalo III S.A.	790	-	-	688	-	-	
	Enel Green Power São Gonçalo 8 S.A.	50	-	-	50	3	-	
	Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	185	-	-	70	-	-	
	Enel Green Power Ventos De Santa Angela S.A. II	73	-	-	21	-	-	
	Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	196	-	-	196	-	-	
	Enel Green Power Delfina B S.A.	-	4	-	-	4	-	
	Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	114	-	-	114	-	-	
Suporte operacional	Enel Green Power S.P.A.	-	13.192	-	-	13.326	-	(ii)
Encargos de uso do sistema de transmissão	Enel CIEN SA	-	4	(41)	-	3	(44)	(iv)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.	3	-	-	3	-	-	
	Enel Green Power Ventos De Santa Angela Adl 13 S.A.	16	-	-	-	-	-	
	Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 08 S.A.	137	-	-	-	-	-	(i)
	Socibe Energia S.A.	-	3	-	-	-	-	
		2.216	55.872	(2.754)	1.931	53.370	(3.191)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de administração, infraestrutura, de informática e de telecomunicações.
- (ii) Refere-se a alocação de custos de suporte de funcionários da matriz no projeto de construção do parque eólico. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques eólicos, definidos como ativos qualificáveis, os gastos foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos.
- (iii) Referem-se a valores repassados à Companhia relacionados a custos com pessoal incorridos nas atividades e repasse de despesas.
- (iv) Refere-se a encargos de transmissão de energia.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de fornecedores é composto conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia elétrica comprada para revenda	11	-
Encargo de uso da rede	362	7
Materiais e serviços	<u>2.772</u>	1.986
Total	<u><u>3.145</u></u>	<u><u>1.993</u></u>
Circulante	3.145	1.993

11. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Remuneração	Vencimento	31/12/2021			31/12/2020	
			Principal	Custo de transação	Juros e atualizações	Total	Total
BNDES	TJLP + 1,86%	15/02/2035	239.714	(1.723)	740	238.731	256.780
Circulante			18.207	(132)	740	18.815	18.789
Não Circulante			221.507	(1.591)	-	219.916	237.991

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	19.032	255.936	274.968
Encargos provisionados	17.750	-	17.750
Transferências	17.945	(17.945)	-
Amortizações	(18.206)	-	(18.206)
Encargos pagos	(17.863)	-	(17.863)
Custo de transação	131	-	131
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.789	237.991	256.780
Encargos provisionados	16.292	-	16.292
Transferências	18.075	(18.075)	-
Amortizações	(18.206)	-	(18.206)
Encargos pagos	(16.266)	-	(16.266)
Custo de transação	131	-	131
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.815	219.916	238.731

Cronograma de amortização da dívida

Abaixo segue a curva de amortização do saldo da dívida em 31 de dezembro de 2021:

2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
18.075	18.075	18.075	18.075	18.075	148.356	238.731

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos;
- Fiança bancária contratada pela controladora indireta Enel SpA; e
- Cessão fiduciária e direitos creditórios via constituição de reserva.

O contrato de financiamento determina também a apuração do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), para fins de ajuste do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas na nota explicativa nº 6.

12. Ressarcimento mercado regulado

Em 2021, a Companhia possui o passivo de R\$ 27.392 (R\$ 17.849 em 2020), sendo R\$ 23.098 no circulante e R\$ 4.294 no não circulante, referente ao ressarcimento do Mercado Regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

- As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

produtos associados a estes contratos.

- Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.
- O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

Os contratos de energia de reserva de fonte eólica permitem que os vendedores cedam seus saldos positivos de energia ao final do quadriênio para outros geradores “deficitários” do mesmo leilão e produto. O montante de energia associado à opção será considerado como receita variável.

13. Obrigações por arrendamentos

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques eólicos.

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, para os contratos de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros de tais contratos, sendo R\$ 165 no passivo circulante e R\$ 6.661 no passivo não circulante (R\$ 134 e R\$ 5.592 em 2020, respectivamente) em contrapartida ao direito de uso do ativo arrendado (nota explicativa 7).

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	109	4.475	4.584
Adições	-	1.150	1.150
Amortizações principal	-	-	-
Amortizações juros	(621)	-	(621)
Transferências	33	(33)	-
Encargos provisionados	613	-	613
Saldo em 31 de dezembro de 2020	134	5.592	5.726
Adições	-	1.165	1.165
Remensuração	-	-	-
Amortizações principal	(810)	-	(810)
Transferências	96	(96)	-
Encargos provisionados	745	-	745
Saldo em 30 de junho de 2021	165	6.661	6.826

14. Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento está relacionada com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original, dessa forma, a provisão é reconhecida como parte dos custos do ativo imobilizado e a atualização financeira no resultado, conforme movimentação abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	2.835	3.256
Revisão de estimativa	(1.924)	(609)
Atualização financeira	205	188
Saldo no final do exercício	<u>1.116</u>	<u>2.835</u>

15. Provisão para processos judiciais

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Cíveis	2	230	232
Total	<u>2</u>	<u>230</u>	<u>232</u>

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Cíveis	3	(1)	2
Total	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>2</u>

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	2	1
Cíveis	-	8
	<u>2</u>	<u>9</u>

16. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$284.062, dividido em 284.062.482 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	284.062.483	100,00%	-	-
Enel Green Power Participações Ltda.	-	-	284.062.483	100,00%
	<u>284.062.483</u>	<u>100,00%</u>	<u>284.062.483</u>	<u>100,00%</u>

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

16.2. Destinação do resultado

A Companhia apresentou prejuízo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com isso, o prejuízo foi absorvido pela reserva estatutária constituída em anos anteriores.

17. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de serviços	58.421	57.960
Total da Receita operacional bruta	58.421	57.960
(-) Deduções da receita		
COFINS	(1.753)	(1.777)
PIS	(379)	(385)
TSFEE	(277)	(256)
Total de deduções de receita	(2.409)	(2.418)
	56.012	55.542

18. Custo do serviço e despesas gerais e administrativas

	2021			2020		
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(877)	199	(678)	(1.271)	-	(1.271)
Provisão de processos judiciais e outros	(119)	-	(119)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda (nota 8)	(41)	-	(41)	(19)	-	(19)
Suprimento de energia elétrica	(1.221)	-	(1.221)	-	-	-
Encargos de uso de rede elétrica	(3.878)	-	(3.878)	(3.639)	-	(3.639)
Material	(657)	(1.458)	(2.115)	(242)	(9)	(251)
Serviços de terceiros	(2.924)	(3.459)	(6.383)	(7.745)	(2.740)	(10.485)
Serviços de terceiros parte relacionadas (nota 8)	-	(2.713)	(2.713)	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	(823)	-	(823)	(36)	-	(36)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	(451)	-	(451)
Depreciação e amortização	(21.836)	(889)	(22.725)	(19.056)	(3.418)	(22.474)
Seguros	(787)	699	(88)	(741)	-	(741)
Outras despesas	(302)	(1.196)	(1.498)	(12)	(156)	(168)
Total	(33.465)	(8.817)	(42.282)	(33.212)	(6.323)	(39.535)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	1.569	408
Variações monetárias e cambiais ativas	2.373	785
Outras receitas financeiras	1.691	2.858
Total da receitas financeiras	<u>5.633</u>	<u>4.051</u>
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(12)	(45)
Variações monetárias e cambiais	(2.248)	13.085
Custo de transação	(131)	(131)
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	(745)	(613)
Impostos sobre operações financeiras	(58)	(55)
Atualização financeira desmantelamento	(205)	(188)
Encargos financeiros sobre empréstimos	(16.292)	(35.500)
Outras despesas financeiras	(783)	(1.140)
Total da despesas financeiras	<u>(20.474)</u>	<u>(24.587)</u>
Total	<u>(14.841)</u>	<u>(20.536)</u>

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de suprimento de energia elétrica	<u>58.421</u>	57.960
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	4.674	4.637
Rendimento de aplicações financeiras	1.569	408
Outras receitas	1.691	2.858
Total base de cálculo	<u>7.934</u>	<u>7.903</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.190)	(1.185)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(769)	(766)
Total do imposto de renda	<u>(1.959)</u>	<u>(1.951)</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	7.011	6.955
Rendimento de aplicações financeiras	1.569	408
Outras receitas	1.691	2.858
Total base de calculo	<u>10.271</u>	<u>10.221</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	(924)	(919)
Imposto de renda e contribuição social sobre ressarcimento	-	(40)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(2.883)</u>	<u>(2.910)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	36.984	36.984	12.700	12.700
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	5.975	5.975	23.382	23.382
Cauções e depósitos	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	2.216	2.216	1.931	1.931
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.145	3.145	1.993	1.993
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	6.826	6.826	5.726	5.726
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	55.872	55.872	53.370	53.370
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	238.731	213.964	256.780	255.617

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	561.169	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral há um valor limite que contempla todas as empresas do Grupo.